

DINÂMICA ENUNCIATIVA E PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO SENTIDO NO CONTEXTO LITERÁRIO

Vanessa Santana Lima (PG/UNIFESP)
vsantana.lima@gmail.com

Introdução

O agir sobre a linguagem nos permite estabelecer os contratos sociais que caracterizam uma sociedade, encontrando-se, ainda, no fundamento da construção de diferentes formas de representar e compreender o mundo. Assim, é graças à linguagem que somos capazes de criar mundos que ultrapassam as barreiras do real, do possível, de criar imagens mentais e significar realidades intangíveis de forma concreta. Tais enunciados são construídos por meio do agenciamento das formas linguísticas que os compõem, ou seja, por meio das escolhas lexicais feitas e da maneira como são enunciadas.

Este universo virtual e criativo, arquitetado exclusivamente por palavras, é o que se conhece por Literatura, um mecanismo de interação social que permite, ainda, imprimir nossas impressões pessoais sobre um dado momento da história da humanidade, funcionando como um veículo de comunicação atemporal que não só mantém vivo o exercício da língua enquanto patrimônio de uma dada comunidade linguística (ECO, 2011, p.11), como também possibilita observar as mudanças culturais de um povo através do tempo, identificando seus valores e crenças, costumes, condicionantes externos (como política e economia), folclore, dentre outros.

Por se tratar de uma forma peculiar de construção linguística, com frequência os textos literários são considerados casos especiais de elaboração semântica, uma vez que, neles, é possível transcender a esfera do comum e corriqueiro e lançar mão dos mecanismos de linguagem de forma criativa para provocar efeitos de sentido, muitas vezes, inusitados. Para alguns autores, esse trabalho com a linguagem se reduz ao uso “do sentido figurado” das palavras, conceito cujo emprego inesperado das unidades lexicais se justifica por tratar-se de contextos particulares nos quais a violação semântica é permitida.

Ancorada nesta visão, deparamo-nos frequentemente com propostas de análises de produções literárias, em especial de poesias, direcionadas à aplicação em aulas de língua portuguesa para o ensino fundamental e médio, em que a relação entre materialidade linguística e os sentidos atribuídos ao texto se reduzem ao estabelecimento de relação entre título e corpo do texto, identificação das figuras de linguagem e inferência dos sentidos figurados. Essa prática, contudo, não tem como não ser vista como um convite ao desenvolvimento de atividades de análise semântica em que a significação é dada de antemão, o que tende a impossibilitar práticas reflexivas que incidam sobre como o sentido do texto é construído por meio das escolhas lexicais realizadas, e da maneira como se processou a organização dessas unidades para compor cada verso e cada estrofe do poema.

Entendemos o texto – e, aqui, nos referimos em especial ao texto literário e à poesia – como uma unidade semântica, produto de uma organização em que o funcionamento linguístico de cada elemento lexical desempenha papel crucial no processo enunciativo do texto, o que acarreta, conseqüentemente, possibilidades de apreensão dos sentidos que lhe possam ser atribuídos. Acreditamos, ainda, que as relações estabelecidas entre as unidades, por meio de um funcionamento enunciativo intrínseco e particular a cada uma delas, convergem para a produção dessas

significações. Com isso, propomos outro olhar acerca das possibilidades de trabalho com o texto literário em sala de aula, partindo de uma abordagem que procura compreender a significação textual como produto da materialidade linguística que o constitui, daquilo que o caracteriza enquanto unidade enunciativa.

1. Teoria das Operações Enunciativas e os processos de significação na língua

A Teoria das Operações Enunciativas (TOE) propõe um estudo semântico da língua em que o que se costuma denominar “sentido” é compreendido como o resultado das relações que as unidades léxico-gramaticais operam para compor os enunciados. Desta forma, o sentido é “inteiramente determinado e construído pelo material verbal que lhe dá corpo” (ROMERO, 2010a, p.341), fundamentado em mecanismos de organização próprios das unidades linguísticas efetuando os enunciados, o que faz, em contrapartida, com que os valores referenciais das unidades não sejam decorrentes de elementos externos à língua pelo fato de as próprias formas organizadas que materializam o enunciado remeterem a operações de constituição desse valor referencial (FLORES, 2009; ROMERO, 2010b)

Nesta abordagem, as unidades só adquirem valores semânticos quando analisadas em funcionamento, quando enunciadas. A enunciação, por sua vez, é o processo de construção do enunciado, resultado da articulação estabelecida entre as unidades léxico-gramaticais que, por meio de seu comportamento, de suas características únicas, fazem emergir a significação em discurso. Não cabe aqui, portanto, a visão de que é a “palavra” isolada que, por si só, possui um conteúdo, um significado intrínseco que lhe possa ser atribuído fora do jogo enunciativo, e isto porque uma unidade linguística só significa, só adquire um valor semântico quando posta em uso. Sendo assim, a polissemia na língua passa a ter uma acepção diversa daquela verificada na tradição gramatical, na qual se acredita na existência de um significado primeiro da unidade, um sentido “denotativo” que permeia construções variadas, dando origem a outros sentidos que dela decorrem, os chamados “conotativos” ou “figurados”.

Entendemos que “o sentido das unidades não é dado, mas constrói-se nos enunciados” (FRANCKEL, 2011, p.16) por meio das relações que estabelecem umas com as outras. No entanto, são relações que não ocorrem à revelia, nem são quaisquer: são relações autorizadas e orientadas pelas características próprias de cada unidade que compõe o enunciado. Sua identidade, ou melhor, seu funcionamento enunciativo lhes confere, ao mesmo tempo, o potencial de significar e de constituir certos contextos enunciativos, mas também lhes restringe o uso, fazendo com que sua inserção em outros seja mais custosa. Esta identidade é apresentada por Franckel (2011) como uma unidade que se define “não por algum sentido de base, mas pelo papel específico que ela desempenha nas interações constitutivas do sentido dos enunciados nos quais ela é posta em jogo. Esse papel é apreensível não como um sentido próprio da unidade, mas através da variação do resultado dessas interações” (p.22-23).

Em consonância com nosso referencial teórico, os processos metodológicos aqui adotados baseiam-se na atividade de reformulação de enunciados, tal como proposta por Franckel (2011), cujo fundamento repousa na prática de elaboração de glosas. Essa prática consiste em um modo específico de parafraseamento de enunciados, que tem por propósito reformulações controladas do material verbal¹ com vistas à

¹ A reformulação controlada, uma operação fundamentada na atividade epilinguística constitutiva da linguagem, diz respeito a uma atividade de caráter metalinguístico realizada de forma consciente em que se busca entender a dinâmica enunciativa do léxico em análise e o papel que desempenha no jogo

identificação dos processos de construção de sentido de unidades lexicais específicas e comuns a todos os enunciados selecionados; sendo assim, o “acesso à identidade de uma unidade pode ser constituído pela análise metodologicamente controlada do papel que ela desempenha nos enunciados em que ela é colocada em jogo, papel analisado frente ao contexto convocado” (FRANCKEL, 2011, p.119). Esta prática promove, portanto, uma atividade reflexiva acerca dos fatos da língua, permitindo o acompanhamento da progressão do raciocínio lógico efetuado na ação, bem como a ativação de processos cognitivos específicos à atividade de linguagem. Nas palavras de Franckel, nesta metodologia da reformulação, “o que está em jogo é o estabelecimento de procedimentos controláveis, que passam por uma argumentação e que se apoiam em fatos da língua reproduzíveis [...] (*ib. id.* p.107)”.

Um dos principais objetivos que impulsionam nossas pesquisas é o desejo de demonstrar que, “através da variação do sentido das unidades, é possível destacar as regularidades na maneira pela qual se organiza essa variação” (FRANCKEL, 2011, p.19). Por isso, neste estudo, partiremos da análise de uma unidade linguística precisa, cujo uso apresenta inúmeras possibilidades de valores semânticos, configurando-se como uma fonte riquíssima para nossa proposta metodológica. Isso porque, de acordo com nosso referencial teórico, uma unidade caracteriza-se como um elemento que, não fazendo parte de um “campo semântico” delimitado independentemente dela, estabelece um movimento enunciativo singular, cujo estudo – minucioso – diz muito a respeito do próprio funcionamento da atividade de linguagem em si. Trata-se do verbo “romper”, unidade multifacetada, cuja multiplicidade de usos e valores semânticos nos conduziu ao estudo profundo de sua função dentro do sistema linguístico. No entanto, por tratar-se de um estudo ainda em desenvolvimento, vamos nos deter, aqui, na análise de apenas algumas de suas características enunciativas.

Desta forma, nossa proposta para o estudo semântico do texto literário se apoia em uma semântica que vai além de conceitos tradicionalmente arraigados ao tema da significação na língua, tais como polissemia, conotação e denotação, para propor uma abordagem que examine os efeitos de sentido a partir da organização léxico-gramatical dos enunciados. Pretendemos discutir a forma como as unidades linguísticas se articulam dentro dos enunciados, a maneira como se engendram para trazer à tona valores semânticos inesperados, sem que para isso recorramos ao conceito de “sentido figurado”.

2. Uma proposta de análise semântica do texto literário pautado no estudo dos processos de construção de sentido dos enunciados

O texto literário configura-se como uma representação da realidade, sem que, para isso, necessite estabelecer um compromisso estrito com o observável; trata-se mais de uma prática de atividade linguística que mobiliza o potencial enunciativo das expressões para nos proporcionar uma experiência com o universo criativo e inventivo constitutivo da própria língua, por meio do qual se aguça e se instiga nossa imaginação, mexendo com nossos sentimentos e, com frequência, nos conduzindo a repensar a forma como enxergamos o mundo.

enunciativo. Para tanto, partimos de “um pequeno encadeamento de palavras contextualizável e inteligível” em que “cada unidade de uma sequência é considerada em um cotexto (o resto da sequência), e mais amplamente em um ambiente textual” (FRANCKEL, 2011, p.107). A metodologia promove, portanto, a possibilidade de estudo e análise dos possíveis efeitos de sentido produzido pela unidade, por meio da identificação dos contextos linguísticos que ela própria convoca para funcionar dentro da língua, bem como os argumentos que são ou não possíveis para a produção de sentido.

Esta prática linguística é apreendida como metáfora, entre outras figuras que dela igualmente decorrem, recurso característico da linguagem poética que permite a elaboração de representações intangíveis. Entendemos, contudo, que esta figura de linguagem não tem como se constituir na síntese do uso da palavra em seu sentido figurado, conceitualização que, se aceita, remeteria ao princípio de que há, na palavra isolada, um conteúdo implícito, um sentido primeiro a partir do qual outras significações poderiam ser construídas. É justamente essa visão que, acrescente-se, abarca e justifica os conceitos de conotação e denotação e que finda por atribuir a elementos externos à língua a motivação que autoriza a multiplicidade de usos e de significação das unidades linguísticas.

Opostamente a isso, entendemos que o uso metafórico da linguagem é, antes de tudo, um trabalho de manipulação do material verbal que evidencia o potencial enunciativo das unidades linguísticas, trazendo à tona valores semânticos que, embora inesperados, são autorizados por mecanismos internos às unidades, criando, desta forma, as produções linguísticas que desencadeiam representações psíquicas. Em outros termos, não há “um sentido próprio e um sentido derivado por metáforas: o valor bruto da unidade é sempre um valor abstrato, uma épora, não uma designação, é um potencial e não um conteúdo” (FRANCKEL, 2011, p.23)

Partindo desta premissa, propomos uma atividade de análise semântica do poema “Retrospectiva”, da poetiza Flora Figueiredo, em que buscamos desvendar as significações enunciadas em seus versos por meio do estudo das unidades léxico-gramaticais que os compõem, mais especificamente, pelo exame da contribuição do verbo “romper” para o processo de construção da significação do poema como um todo. Com esse fim, buscamos explicar seus mecanismos enunciativos e definir algumas das características internas que permitem interpretá-lo como sendo sempre a mesma unidade linguística, considerando a variedade de seus usos e a vasta gama de valores semânticos que é capaz de enunciar.

Reiteramos que nossos estudos encontram-se, ainda, em fase de desenvolvimento, o que não impede, porém, de vislumbrar um padrão em seu movimento enunciativo. Por meio das atividades de reformulação, parafraseagem e glosa dos enunciados em que “romper” se faz presente, notamos que seus usos mais comuns estão associados a representações evocando um pôr um fim às funções de “ligar”, “unir” ou “conter” partes, elementos (que, em geral, trazem a ideia de fluidez ou de algo sem forma definida) ou indivíduos. Assim, a princípio, “romper” parece ser mobilizado, com mais frequência, sempre que se pretende marcar a interrupção de algum tipo de vínculo e a superação de limites ou obstáculos.

O poema para o qual propomos a análise à luz da Teoria das Operações Enunciativas teve sua escolha definida por fazer parte de uma obra literária doada aos alunos da rede pública de ensino do Estado de São Paulo, sendo, por isso, material de fácil acesso aos discentes e docentes de nossa região geográfica. Outro determinante foi o fato de nosso objeto de estudo surgir em dois momentos distintos do texto, em formas também distintas (“rompi”, “rompa-se”). Além disso, por meio da manipulação dos versos em que o verbo se faz presente, nos foi possível confirmar as suposições preliminares acerca de seu funcionamento dentro do sistema linguístico, como veremos a seguir.

Retrospectiva

- 1 Porque a vida é feita de proibições,
- 2 eu não compus todas as canções,

3 não percebi a brisa suspirar,
4 eu esqueci cantigas de ninar,
5 dei chances demais à voz dos credos,
6 não rompi de vez todos os medos*,
7 roubei do tempo um tanto de carinho,
8 não vi a flor amar o passarinho,
9 perdi o trem na curva da vertente
10 e não deixei o mel melar completamente.

11 Porque a vida é feita de proibições,
12 larguei o fio, soltaram-se os balões,
13 deixei que o pião revirasse sozinho,
14 mandei que o zangão se zangasse baixinho,
15 desprezei a bruma que baixou o véu,
16 permiti à palavra dormir no papel,
17 evitei o desvio que atravessa a estrada,
18 não quis o desafio da ronda embriagada,
19 não li o poeta maldito
20 e não tive o dilema do beijo infinito.

21 Porque ainda há tempo para o encantamento,
22 quebre-se o vidro do sermão absoluto,
23 rompa-se a teia*, reveja-se o estatuto,
24 que a primavera quer amar o chão de vento.

O poema é dividido em três momentos distintos: as duas primeiras estrofes, carregadas de melancolia, estão voltadas para um passado de arrependimentos por tudo o que não pôde ser realizado em função da obediência aos ditames da vida cotidiana; já a última estrofe está voltada para o futuro, marcando a esperança no por vir.

As duas primeiras estrofes apresentam características similares, pois, em ambas, nota-se a prevalência de verbos no pretérito perfeito, além de seus versos iniciais serem idênticos (“Porque a vida é feita de proibições”) e funcionarem como causas das ações ou não-ações do eu lírico expressas nos versos posteriores como consequências das proibições sofridas.

O eu lírico inicia o poema enfatizando ações não realizadas, marcadas nos versos por meio do “não” (“eu não compus”, “não percebi” etc.), ou pelo uso de verbos no pretérito perfeito, cuja significação remete a situações em detrimento do próprio sujeito, a algo que não se deseja que aconteça (“esqueci”, “perdi”, “roubei”). No quinto verso, no entanto, o que marca seu potencial negativo é o advérbio de intensidade “demais”, nos levando a compreensão de que algo oferecido em excesso pode ser tão ou mais prejudicial do que o não ofertado. No sétimo verso, “roubei” surge não como uma ação de fato praticada, mas como algo que o eu lírico não se permitiu viver, de modo que o verso “roubei do tempo um tanto de carinho” pode ser entendido como “não me permiti todo o carinho que a mim foi dispensado”, tendo implicitamente a noção de negação como indicação do que não se realizou.

Na segunda estrofe, os versos 12 a 17 são construídos por períodos compostos. No conjunto de versos, a oração que o inicia caracteriza-se como a ação realizada pelo eu lírico, a oração seguinte funcionando como um desdobramento da ação primeira. Essa organização sintática e léxico-gramatical converge para a construção de uma imagem melancólica de fatos que poderiam representar boas lembranças, caso tivessem

sido realizados de outra forma, ou mesmo de uma forma contrária. Já os versos 18, 19 e 20 são construídos por períodos simples, iniciados com advérbio de negação, enfatizando ainda mais as possibilidades de momentos felizes, mas que foram abnegadas pelo eu lírico.

A última estrofe destoa das anteriores, pois surge como a esperança no por vir, esperança, essa, indicada já no primeiro verso por meio da inserção do termo “ainda”, marcando a possibilidade de um futuro a ser vivido da maneira que se deseja. Embora a relação de causa (estabelecida pelo primeiro verso) e consequência (estabelecida por todos os versos seguintes) seja mantida tal como se verifica nas estrofes anteriores, as construções agora são de natureza passiva, conjugadas no presente do subjuntivo nos versos 22 e 23. Neles, “quebre-se”, “rompa-se” e “reveja-se” evocam, de fato, tomadas de consciência em relação ao que deve ser feito, expressando necessidades e, mais do que isso, desejos de mudança de postura diante da vida e das imposições sociais, o que pode ser entendido como marco zero na trajetória do eu lírico, que, apagado no conjunto de versos que compõe a estrofe, passa a ser igualmente estendido a todo e qualquer sujeito.

O último verso do poema apresenta-se como uma oração subordinada às orações anteriores, funcionando como o motivo que impulsiona mudanças de atitude. Isso porque “a primavera” é entendida como o desabrochar para a vida, dada as representações que rotineiramente lhe são associadas, como, por exemplo, quando a tomamos como a estação do amor e/ou das flores. Já em “chão de vento”, tem-se uma construção antagônica, em que “chão” tende a ser associado ao que nos dá sustentação, ao que nos permite andar sobre, remetendo, por isso, à representação de algo firme e regular. Opostamente a isso, tem-se “vento”, que evoca instabilidade, algo que pode mudar de direção e intensidade a qualquer momento, bem como o que é invisível. Assim, “chão de vento” pode ser lido como o que remete a um caminho cheio de possibilidades, que não está preso a regras ou imposições.

O verso “a primavera quer amar o chão de vento” constitui a síntese da expectativa para com o futuro, para o qual a mais bela fase da existência vai desabrochar assim que se for capaz de viver de maneira mais livre, sem se deixar prender ou cercar pelas amarras impostas pelas convenções e/ou instituições.

Como veremos, o verbo “romper” desempenha um importante papel para a construção dessa interpretação ao longo do texto, sendo mobilizado em momentos cruciais, na primeira estrofe e na última. Isso mostra que o verbo colabora tanto para a construção dos argumentos iniciais, que remetem à ideia de um passado de possibilidades não realizadas, como é também fundamental para construir a ideia de esperança, do que se espera para o futuro.

Na primeira estrofe, “romper” surge no sexto verso, conjugado na primeira pessoa do singular no pretérito perfeito, antecedido pelo advérbio de negação e tendo como elemento passível de ruptura “todos os medos”. Para buscar entender a forma como verbo se articula neste enunciado para produzir sentido, o colocamos em uma relação paradigmática que permite reformulá-lo. Para tanto, buscamos unidades lexicais com as quais “romper” estabelece, no mesmo ambiente em que se encontra, relações semânticas aproximadas:

Não| rompi | de vez todos os medos.
Não| eliminei | de vez todos os medos.
Não| superei | de vez todos os medos.
Não| abandonei| de vez todos os medos.

Com essa delimitação dada pelo ambiente textual, percebe-se que as possibilidades de reformulação se tornam bastante restritas, já que, se este enunciado poderia ser também reescrito por unidades como “acabei”, esta, ao mobilizar necessariamente a preposição *com* (“não acabei de vez *com* todos os medos”), encontra-se excluída, pois, no contexto em que “romper” aparece, a preposição não se faz presente, embora pudesse, sim, ser com ela construída: “não rompi de vez *com* todos os medos”.

Este pequeno detalhe, que a princípio não chamou nossa atenção, mostrou-se posteriormente decisivo para compreender a maneira como a unidade funciona dentro do sistema linguístico. Em nossos estudos acerca de seu funcionamento, notamos que “romper” mobiliza a preposição *com* sempre que se relaciona com unidades que se configuram como um conjunto de elementos que, de alguma forma, orientam ações humanas, tal como se observa nas ocorrências abaixo:

Ele rompeu com o sistema.

Ele rompeu com preconceitos.

Ele rompeu com a tradição.

Essa manifestação do verbo identifica um padrão de funcionamento, pois no exemplo “não rompi todos os medos” é possível compreender “medos” como um conjunto de sentimentos que causam inquietações, que provocam dúvidas acerca de como se deve agir, mantendo aquele que está sob sua influência em um estado de resignação, em uma situação de estagnação. Sendo assim, somos levados a inferir que “romper os medos” remete a capacidade de superar um obstáculo, de atravessar uma barreira imaginária que impede ação. Em outras palavras, o enunciado “não rompi de vez todos os medos” agrega ao poema a ideia de que o eu lírico passou pela vida dominado por pressões de ordem psicológica que o impediram de agir livremente, o que reitera e justifica a noção de que teve uma existência limitada, agindo de acordo com as regras a ele impostas, sendo incapaz de infringi-las.

Na última estrofe, “romper” está presente no penúltimo verso, conjugado no presente do subjuntivo: “rompa-se a teia” (*i.e.* “que a teia seja rompida”). Com o apagamento do eu lírico, temos, neste excerto, um convite à libertação que excede o universo intimista deste mesmo eu lírico, abarcando a todos aqueles que se entendam, de alguma maneira, em condição de oprimido ou limitado por fatores de origem cultural ou derivados da estrutura própria das organizações sociais.

A significação enunciada pelo verbo neste verso remete àquela verificada na estrofe inicial, uma vez que mostra ser necessário se desvencilhar das tramas das instituições para que se possa viver plenamente. Neste contexto, “teia” pode ser entendida como a própria sociedade, que, vista como uma malha constituída por inúmeras instituições, funciona como fios que se interligam e se inter-relacionam, promovendo um todo coeso e bem estruturado, mas que, todavia, está sujeito a rupturas. Essa possibilidade de interpretação é reforçada pela sequência “reveja-se o estatuto”, em que “estatuto” evoca a “lei orgânica que expressa formalmente os princípios que regem a organização de um Estado, sociedade ou associação” (FERREIRA, 2009, p. 824) ou, ainda, que o conjunto de regras que organiza coletividades e instituições, as leis que disciplinam as relações jurídicas que incidem sobre as pessoas e as coisas (HOUAISS, 2009, P. 830) sejam examinadas cuidadosamente com o objetivo de mudá-las ou melhorá-las. Desta forma, a opressão está prestes a ter fim, pois, ao ser rompida a teia e revisto o estatuto, constrói-se a recusa para seguir, de forma estrita, um conjunto de

valores, princípios e costumes com os quais não há identificação, podendo, no futuro, agir de acordo com sentimentos próprios e com uma visão particular de mundo.

Embora seja necessário confrontar outras construções propiciadas pelo verbo “romper” para que, de fato, alcancemos seu funcionamento enunciativo, essas análises iniciais prestaram uma grande contribuição para nossa pesquisa, uma vez que os exemplos aqui analisados – o verbo “romper” como marcador de superação de obstáculos ou a ruptura com regras estabelecidas, que têm a finalidade de ditar ou nortear práticas e comportamentos de um grupo de indivíduos – mostram-se como os mais comumente observados, tanto no contexto literário, quanto nos enunciados retirados de diferentes mídias e das definições apresentadas por dicionários. No entanto, reforçamos que esse fato não encerra nossos estudos, pois não respondem plenamente a todos os contextos mobilizados pela unidade e cuja análise detalhada fugiria ao objetivo deste trabalho.

Conclusão

Promover a reflexão sobre a linguagem em sala de aula é comprometer-se com dissolução de uma concepção mecanicista, que tende a reduzir a linguagem a uma ferramenta social, manipulada pelas intenções dos enunciantes e que tem por única função a comunicação. Assim, como Franchi (2011), acreditamos que:

antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração;
antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; e
antes de ser veículo de sentimentos, ideias, emoções, aspirações, a
linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos
as nossa experiências. (p.55)

Partindo dessa concepção, torna-se ainda mais instigante o estudo dos fatos da língua tendo como ponto de partida o texto literário, pois uma vez entendido que:

a linguagem não é somente um processo de representação, de que se podem servir os discursos demonstrativos e conceituais, mas ainda uma prática imaginativa que não se dá em um universo fechado e estrito, mas permite passar, no pensamento e no tempo, a diferentes universos mais amplos, atuais, possíveis, imaginários. (FRANCHI, 2011, p.65)

torna-se muito mais interessante uma proposta que busca, dentro da estrutura própria da língua, explicar os “fenômenos” linguísticos encontrados no contexto literário.

Sob essa perspectiva, a linguagem vista como mero código e a compreensão como produto de uma decodificação mecânica têm muito pouco a contribuir para o processo de ensino e aprendizagem de língua materna. A existência de reflexões mais efetivas, cujo principal intuito, ao permitir que se pense a linguagem como “uma sistematização aberta de recursos expressivos cuja concretude significativa se dá na singularidade dos acontecimentos interativos” (GERALDI, 2003, p.18), é fazer com que a compreensão passe a ser abordada como um processo que permita refletir sobre o próprio material verbal que compõe os enunciados.

Acreditamos, por fim, que a aprendizagem reflexiva do funcionamento da língua materna possibilita uma nova “percepção da natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna” (BRASIL, 1998, p.37), contribuindo para

alcançar um dos maiores objetivos – se não o maior – da educação básica em nosso país, que é o desenvolvimento das habilidades leitora e escritora, ao mesmo tempo em que garante a construção do aluno como ser discursivo, o que “passa pelo envolvimento do aluno com os processos sociais de criar significados por intermédio da utilização de uma língua” (BRASIL, 1998, p.19).

Referências Bibliográficas

- BRASIL (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 106 p.
- ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2011.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 4.ed. Curitiba: Positivo, 2009.
- FIGUEIREDO, Flora. *Chão de vento*. São Paulo: Geração, 2011.
- FLORES, Valdir do Nascimento. *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FRANCHI, Carlos. *Linguagem atividade constitutiva: teoria e poesia*. São Paulo: Parábola, 2011.
- FRANCKEL, Jean-Jacques. Introdução. In. DE VOGÜÉ, S., FRANCKEL, J-J., PAILLARD, D. *Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FRANCKEL, Jean-Jacques. Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação. In. DE VOGÜÉ, S., FRANCKEL, J-J., PAILLARD, D. *Linguagem e Enunciação: representação, referenciação e regulação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de Passagem*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ROMERO, Márcia. Gramática operatória e ensino do léxico em língua portuguesa: fundamentos para uma prática reflexiva. In. BROCARD, M. T; CAETANO, M. C. (Eds.) *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.5, Lisboa: Edições Colibri, 2010a.
- ROMERO, Márcia. Um possível diálogo entre a Teoria das Operações Enunciativas e a Aquisição: identidade semântica e produtividade discursiva. *Alfa*, São Paulo, n.54, v.2, p.475-503, 2010b.